

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

O PIBID COMO FERRAMENTA DO ENSINO AFROBRASILEIRO NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Stella Camille da Silva¹, Camila Oliveira Nascimento², Roberto Gomes Monção Junior¹, Ana Enedi Prince¹

¹Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil, stellacamille443@gmail.com, roberto.moncao@univap.br, prince@univap.br

²Escola Estadual João Cursino, Avenida Engenheiro Francisco José Longo 782, Jardim São Dimas – 12245-000- São José dos Campos-SP, Brasil, oliveiranascimento@prof.educacao.sp.gov.br

Resumo

No ano de 2003, foi sancionada a lei 10.639 que torna obrigatório o ensino da cultura Afro-brasileira nas escolas do Brasil. Apesar disso, ainda há um grande desfalque na promoção dessas pautas dentro das escolas públicas por diversos fatores, como por exemplo a falta de formação dos docentes acerca do tema. Por meio de uma revisão bibliográfica de cunho exploratório, o atual artigo tem como objetivo enfatizar o papel do PIBID como uma ferramenta de aplicação da lei e da promoção de projetos e atividades que desmontem os estereótipos racistas existentes na sociedade e nas próprias escolas, fazendo com que os estudantes valorizem a cultura afro-brasileira e tornem-se pensadores críticos dentro da causa racial, compreendendo o fato de que, no Brasil, o racismo é estrutural. Sendo um projeto em processo de construção e desenvolvimento, os resultados são incertos.

Palavras-chave: Educação, Afro-brasileiro, Racismo.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas, História.

Introdução

O atual artigo retratará a importância e necessidade do desenvolvimento e aplicação do ensino afro-brasileiro nas escolas, prescrito na lei 10.639/2003, por meio do PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência). De maneira geral, a pesquisa buscará enfatizar a estruturação do racismo na sociedade brasileira e como ele se aplica, para então poder entendê-lo no âmbito escolar, tendo em vista que a escola reproduz as estruturas sociais externas a ela.

Entender o racismo no Brasil é compreender seu contexto histórico e de que forma foi se perpetuando ao longo do desenvolvimento brasileiro. A marginalização e o racismo herdado do período escravista refletem fortemente os dias atuais e a realidade social do país. Dessa maneira, entende-se que nas escolas essa aplicação não seria diferente. O racismo existe na escola pois, primeiro, existe no ambiente familiar e, por não ser censurado, torna-se presente nas escolas afetando todos os estudantes negros ali presentes. Autores como Bárbara Carine Pinheiro (2023), Silvio Almeida (2019) e Eliane Cavalleiro (2010) compõem a base teórica do presente artigo, trazendo pautas como racismo estrutural e planejamento educacional antirracista, fundamentais dentro da argumentação aqui desenvolvida.

Sendo assim, o presente artigo visa problematizar a forma da aplicação do código 10.639/2003 nas escolas públicas e questionar a maneira em que as instituições educacionais se posicionam diante da luta antirracista, colocando o PIBID como ferramenta eficaz para o ensino da cultura afro-brasileira, tornando esse debate mais próximo dos estudantes brasileiros, combatendo o racismo em sua raiz e de fato aplicando e promovendo uma educação antirracista, inclusiva e saudável.

Metodologia

Trata-se de pesquisa qualitativa, de cunho exploratório, embasada por meio de revisão bibliográfica das obras “Como ser um educador antirracista”, de Bárbara Carine Pinheiro, “Racismo Estrutural”, de

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

Silvio Almeida, “Pequeno Manual Antirracista”, de Djamila Ribeiro, “Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação racial”, de Eliane Cavalleiro, “Brasil: uma biografia”, de Lília Schwarcz, e o documento federal “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” no que concerne à atuação da equipe PIBID da Univap do curso de História na Escola Estadual João Cursino em São José dos Campos.

Resultados

O entendimento do papel do PIBID como ferramenta do ensino afro-brasileiro nas escolas públicas pode ser compreendido por meio da revisão historiográfica das obras já citadas, mas principalmente pelo processo de aplicação desses conceitos. Dessa maneira, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência encontra-se, atualmente, em desenvolvimento, impedindo um respaudo objetivo do tema trabalhado na atual pesquisa. Mesmo assim, entende-se que a meta principal desta pesquisa é utilizar o espaço proporcionado pelo PIBID à favor da luta antirracista, principalmente por meio da concretização dos diversos conceitos de racismo com os discentes e suas aplicações no Brasil e no mundo, visando abranger a visão de mundo dos estudantes, além de torná-los participantes ativos na luta contra o racismo e entender como ele está presente no âmbito que sempre circulam: o escolar.

Discussão

Quando nos propomos a entender o racismo no Brasil, recorremos a bagagem histórica escravista de nosso passado. Dos 522 anos de Brasil, 388 foram de escravidão. Nesse caso, não é possível falar da exploração do povo africano sem antes mencionar a hegemonia europeia, ou seja, o sistema que coloca o africano como escravizado no momento em que os países europeus visam manter o mercantilismo, usando da mão de obra africana para acumular capital e manter o colonialismo. No Brasil, a escravidão inicia-se com os povos originários e, por uma necessidade bruta de reposição dessa mão de obra, a metrópole começa a traficar pessoas negras, levando-os de suas terras e roubando suas riquezas. Segundo Lília Schwarcz,

Foram transportados para as Américas de 8 milhões a 11 milhões de africanos durante todo o período do tráfico negro; desse total, 4,9 milhões tiveram como destino final o Brasil. Aliás, o sucesso do sistema plantation brasileiro influenciaria todos os regimes de agricultura escravistas. (SCHWARCZ, 2018, p.82)

Dessa forma, entende-se que a escravização do povo africano foi o que estruturou os pilares econômicos, políticos e sociais brasileiros, visto que foram o real alicerce da sociedade, chegando a constituir, em regiões como o Recôncavo da Bahia, mais de 75% da população (SCHWARCZ, 2018, p.79). No ano de 1888 foi assinada a Lei Áurea, um documento assinado pela Princesa Isabel que visava somente os interesses econômicos do Império, abolindo a escravidão no país, deixando toda a população ex-escravizada sem nenhum tipo de amparo, gerando todo o processo de marginalização dessa população até os dias atuais.

Tendo em vista essa contextualização histórica, adentramos na pauta racial em si. Muitas teorias tentaram explicar o racismo no Brasil. A primeira delas é a do Racismo Individual, tese que entende o racismo como evento isolado, em que apenas determinadas pessoas são racistas, não compreendendo a ideia de que há um sistema discriminatório. Nesse caso, o racismo seria uma “patologia”, um fenômeno ético, particular. Para Silvio Almeida (2019), esse pensamento é limitado e frágil, compactuando com o mito da democracia racial: mito que afirma a existência de uma igualdade racial no Brasil. O outro conceito existente é o de Racismo Institucional, teoria que entende a sociedade racista como resultado do funcionamento das instituições, tendo em vista que elas são propagadoras dessa discriminação ao manterem pessoas negras em cargos mais baixos ou por não contratarem pessoas negras. Apesar de ser um grande avanço teórico, esse pensamento também é incompleto por não explicar de que forma o racismo está presente em todos os núcleos sociais. Por último, temos a tese mais completa acerca dessa pauta: a do Racismo Estrutural. Segundo Silvio Almeida:

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição” (ALMEIDA, 2019, p.40)

Visto que o racismo compõe a estrutura social brasileira, entendemos que a escola é um local de reprodução dessas estruturas, sendo inegável a existência de discriminação racial dentro dos ambientes educacionais. De que forma o racismo está presente nas escolas? Qual é o papel da instituição nesse contexto? Essas são questões importantes que devem ser levadas em conta dentro o grupo docente. Em seu livro “Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação racial na educação infantil”, Eliane Cavalleiro (2010) explica como a pauta racial é abordada dentro das escolas por meio de seu estudo de campo realizado em uma escola de educação infantil. Apesar do livro focar nesse período escolar, a realidade trazida pela autora encaixa-se em todos os graus estudantis. Em primeira mão, a autora traz uma reflexão interessante acerca do momento que vivemos: a globalização tem colaborado para a perpetuação do racismo. No mundo globalizado, as informações chegam em grande quantia e de forma veloz aos leitores e, na maioria das vezes, carregadas de estereótipos e preconceitos. A atual geração caracteriza-se pelo uso precoce da tela, sendo facilmente influenciados pelos conteúdos que assistem. Se na internet consomem conteúdos que normalizam piadas e comentários racistas, as crianças reproduzirão o que ouvem na escola. Essa propagação racista é preocupante pois, segundo Cavalleiro (2010, p.9), crianças da faixa etária de 6 anos a 7 anos já apresentam uma percepção negativa de si mesma, principalmente ao grupo étnico ao qual pertencem. Na mesma medida, crianças brancas já apresentam sentimento de superioridade, atribuindo caráter negativo à cor da pele. Essa é a fase em que as crianças começam a desenvolver suas identidades e a entenderem si mesmo no meio social em que habitam. Cavalleiro diz que essa identidade resulta da percepção que temos de nós mesmos, advinda da percepção que temos de como os outros nos veem.

Entendendo a necessidade de haver uma rede de apoio, tem-se o âmbito familiar como um local em que essa rede é indispensável. Principalmente com crianças negras, visto que vivem a injúria racial cotidianamente nas escolas, a família deve representar um local de segurança e conforto, em que a criança seja instruída positivamente a como lidar com essas situações desconfortáveis. Apesar disso, é inegável que os estigmas acerca dos povos negros podem, muitas vezes, estar presentes nas famílias, criando um terreno fértil para a plantação de comportamentos e pensamentos racistas. Essas duas instituições sociais, a família e a escola, não podem, em hipótese alguma, banalizar atos racistas e permanecer silenciando esses casos.

A despreocupação com a questão da convivência multiétnica, quer na família, quer na escola, pode colaborar para a formação de indivíduos preconceituosos e discriminadores. A ausência de questionamento pode levar inúmeras crianças e adolescentes a cristalizarem aprendizagem baseadas, muitas vezes, no comportamento acrítico dos adultos a sua volta. (CAVALLEIRO, 2010, p.23)

Nas escolas, a problemática se inicia no mais básico: os livros didáticos. A narrativa dos livros usados nas escolas é completamente europeia, retratando o povo negro somente como escravizado: aquele que era vendido, denominado sem alma, chicoteado em público, morto no navio negreiro, violentado pelo seu senhor, nascido para servir e sem opinião alguma. Ao ler a história contada por essa perspectiva, as crianças negras entenderão que sua ancestralidade se resume a uma só coisa: exploração. Os livros não contam que em África havia ouro, riqueza, estudo da matemática e da física, reis e rainhas, diversidade cultural e religiosa. Se o plano de ensino e os recursos didáticos são racistas e estereotipados, essa será a realidade vivida naquela escola. Eliane Cavalleiro define isso como “Ritual Pedagógico do Silêncio”, a exclusão da história e da luta dos negros na sociedade dos currículos escolares. Além disso, as escolas reproduzem características da sociedade. Sendo assim, silenciar atos racistas dentro do colégio é inadmissível.

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

O silêncio permanente das professoras a respeito das diferenças étnicas no espaço escolar, somado ao das crianças negras, parece conferir aos alunos brancos o direito de reproduzir seus comportamentos, pois não são criticados ou denunciados, podendo utilizar essa estratégia como trunfo em qualquer situação de conflito. (CAVALLEIRO, 2010, p.66)

Dessa forma, a maneira como as educadoras lidarão com essa questão influenciará todo o processo. Se realizado de forma negativa, dificultará a percepção desses conflitos, impedindo, inclusive, a realização de trabalhos sistemáticos que propiciem a convivência multiétnica visando a não normalização do racismo. Muitas vezes, quando há casos de racismo dentro da escola e é denunciado, a instituição culpabiliza a vítima, como se a mesma fosse responsável pelo crime que sofreu.

Caracterizar a criança negra evidencia seu despreparo para lidar com situações de discriminação na sala de aula, pois em muitos momentos o professor julga a criança negra culpada pela discriminação sofrida: Além de se sentir rejeitada, a criança negra tem, talvez, por sua própria natureza, lentidão na aprendizagem, lentidão na assimilação do ensino, e estes dois fatores contribuem para que ela não consiga acompanhar seu grupo, desista e saia da escola ou permaneça nela por pouco tempo. (CAVALLEIRO, 2010, p.40)

O silenciamento do crime cometido acarretará graves consequências na vida do estudante. A autora traz dados sobre a evasão escolar, afirmando que, segundos dados da PNAD (Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio) do ano de 1980, constatou-se que o aluno negro no Brasil, em comparação ao aluno branco, apresenta um índice maior de exclusão e reprovação escolar. O índice de reprovação é 12% maior entre as crianças negras. Dessa forma, a escola, juntamente com a família, tem a responsabilidade de promover atividades e debates sobre a causa racial, desconstruindo os estereótipos estruturais de nossa sociedade, tornando ambos os ambientes locais seguros e inclusivos para as crianças e adolescentes negros.

A lei 10.639/2003 altera a lei 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), tornando obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira nas escolas do Brasil. Ao ser sancionada, representa um grande avanço na história do país, sendo uma conquista não só do governo, mas principalmente dos movimentos raciais que, por muitos anos, lutaram pelo devido reconhecimento e igualdade. Essa temática é necessária em sala de aula mesmo antes da lei, mas tendo em vista o apagamento da história desses povos, o projeto entra como uma garantia legal e eficaz da aplicação e desenvolvimento desse conteúdo. Da mesma maneira, outra vitória histórica foi alcançada no ano de 2023: a categorização de injúria racial como crime por meio do regulamento 14.532/2023. As duas leis são essenciais para nossa sociedade, principalmente a escolar.

No livro “Como ser um educador antirracista”, Bárbara Carine Soares Pinheiro defende o papel da educação como ferramenta antirracista. Fundadora da primeira escola afro-brasileira no Brasil (Escola Maria Felipa), a autora revela que não há uma fórmula ou receita antirracista, mas que há maneiras de planejar uma grade curricular que valorize a cultura afro, normalizando-a no cotidiano do aluno. Segundo a Bárbara Carine (2023, p.77), todas as pessoas que desempenham um serviço dentro da escola são educadoras e precisam ser formadas, não somente o corpo docente.

Toda a historicidade negra no Brasil nos leva a associar pessoas negras à miséria. Dessa forma, dentro da sala de aula, os educadores têm como responsabilidade a quebra desses estereótipos de forma eficaz e positiva. Bárbara Carine (2023, p.59) afirma que crianças que estão sendo formadas precisam se nutrir do que elas efetivamente são e não do que não são, mas que disseram acerca delas como mecanismo social. Objetivamente, a autora diz que devemos ensinar a história afro-brasileira pelos aspectos positivos: descendem de reis e rainhas, vieram de um local riquíssimo e de culturas e religiões magníficas. Ao invés de dizer ao aluno os estereótipos negativos existentes à sua ancestralidade, lhe diga aspectos positivos.

Essa educação antirracista possui relação intrínseca com a maneira que foi construído o currículo daquela escola.

Estruturei um calendário decolonial para dar conta das festividades escolares, mas que não fossem eurocentrado e que tivesse datas comemorativas de base indígena e africana também. Além disso, pensamos em um currículo e uma organização didático-

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

pedagógica que valorizassem bastante a cultura africana, afrodiaspórica e indígena. (PINHEIRO, 2023, p.79)

Sendo assim, torna-se nítido a importância de incluir assuntos raciais dentro das escolas, visando uma educação positiva, diversa, inclusiva e antirracista. Essa estruturação escolar inserirá ainda mais alunos negros no colégio, diminuindo os índices de evasão escolar. O assunto trabalho deve haver significado para o aluno para que, dessa maneira, a educação seja efetivamente autônoma. Nomes como Dandara dos Palmares, Lélia Gonzalez, Luís Gama e Dragão do Mar devem estar no cotidiano escolar, trazendo a tona a incrível história de resistência e luta desses povos.

Tendo em vista todos os argumentos e conceitos apresentados, entende-se a necessidade e a importância da existência de programas como o PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) dentro das universidades brasileiras. Os futuros professores que serão contemplados com essas bolsas terão a oportunidade de levar a pauta antirracista para os colégios, estruturando o projeto para que seja aplicado com constância ao se formar.

Por meio dessas políticas educacionais, torna-se possível proporcionar debates entre universitários, professores e estudantes acerca do Movimento Negro e de sua importância na luta racial. São esses projetos que moldarão e mudarão os estudantes, promovendo uma melhora no ambiente escolar e no desenvolvimento acadêmico de todos. Bárbara Carine também enfatiza a importância desses programas, principalmente para universitários negros: política de permanência é dar bolsas para jovens negros, principalmente os de baixa renda (Bolsa Permanente, PIBID, PIBIC etc.). (PINHEIRO, 2023, P.139)

A produção acadêmica negra no Brasil passou e ainda passa por um grave processo de apagamento, sendo o PIBID uma maneira de trazer de volta essas produções. Dessa forma, a filósofa Djamila Ribeiro defende a importância das políticas educacionais afirmativas, assim como a abordagem de escritores negros em sala de aula. Para esse apagamento, a autora utiliza o termo epistemicídio.

É fenômeno que ocorre pelo rebaixamento da autoestima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar; pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do continente africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela importância do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar. A esse processo denominamos epistemicídio. (RIBEIRO, 2019, p.62.)

O PIBID é uma das ferramentas que tornará a educação antirracista uma realidade por meio de projetos que de fato coloquem a lei 10.639/2003 em vigor nas escolas públicas, principalmente ao promover eventos e dinâmicas que abordem, por exemplo, pessoas negras importantes na história brasileira ou local. A ligação entre as universidades e as escolas acolhedoras trará grandes resultados para a sociedade e para a educação, sendo possível viver um ambiente ainda mais inclusivo. O racismo no Brasil existe, é estrutural e é reproduzido nas escolas, mas o fim não está dado. A educação e a informação salvam, e os estudantes brasileiros possuem, por direito, um ensino de qualidade, acolhedor e edificador.

Conclusão

O artigo evidenciou a historicidade do racismo no Brasil, desde a escravidão até as teorias raciais. Abordou-se a relação existente entre a família e a escola, sendo duas instituições de grande destaque social que devem compreender o racismo em suas estruturas e, principalmente, criar uma rede de apoio aos estudantes negros tanto no ambiente familiar quanto no escolar, não compactuando com a manutenção do silêncio do negro. Além disso, ressaltou a importância de uma educação verdadeiramente antirracista, trazendo para a grade curricular a cultura afro-brasileira como decretou a lei 10.639/2003. Todos esses aspectos foram desenvolvidos para a afirmação do PIBID como ferramenta antirracista nas escolas públicas brasileiras.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

A era digital e suas implicações sociais: Desafios e contribuições

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação racial**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

EDUCAÇÃO, Ministério da. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2004.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, Lília Moritz. STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. P.79.